

Acessibilidade Física nas escolas públicas do Município de Ubá-MG

FERRAZ, Danielle de Lima (dani.ferraz321@gmail.com)
PERPÉTUO, Camila Crystina da Costa (camilacperpetuo@gmail.com)
RINCO, Isabela Doriguetto (isabela_rinco@hotmail.com)
HABER, Isac da Silva (isac.haber@hotmail.com)

Curso de Pedagogia
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá
Ubá – MG/dezembro/2016

Resumo

O presente artigo apresenta o tema acessibilidade física no contexto escolar. A pesquisa teve como foco a análise e comparação dos espaços físicos das escolas municipais e estaduais do município de Ubá - MG. O tema surgiu a partir das indagações a respeito dos espaços físicos destas escolas e se estas possuem acessibilidade física para atender a todos os educandos. Havia hipótese de que a maior parte das escolas públicas ainda não ofereciam estrutura física acessível para alunos com necessidades especiais. Tendo como objetivo analisar se as escolas públicas do município de Ubá- Minas Gerais, possuem acessibilidade física em seus espaços e possibilita a todos os educandos, sem distinção, o acesso, a permanência e a autonomia para o seu desenvolvimento pleno. Sendo assim, adotou-se como procedimento o método qualitativo e descritivo de pesquisa e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário aplicado aos diretores das escolas pesquisadas. A amostra foi composta por 8 escolas que ofertam o Ensino Fundamental I, sendo 4 da rede estadual de ensino e 4 da rede municipal de ensino. A análise dos dados compilados para originar os resultados e discussões foram baseados em autores apresentados no referencial teórico. Com os resultados encontrados concluiu-se que não existe nenhuma escola pública de Ubá - MG categorizada como totalmente acessível, havendo a necessidade de adaptações de alguns ambientes ainda não acessíveis.

Palavras- chave: Acessibilidade Física. Espaços. Escola. Adaptações.

Abstract

This article presents the topic of physical accessibility in the school context. The research has focused on the analysis and comparison of the physical spaces of the municipal and state schools in the city of Ubá - MG. The topic came up from the inquiries regarding the physical spaces of these schools and if there is physical accessibility to attend all students. It was hypothesized that most public schools did not yet provide accessible physical structure for students with special needs. The aim of this study is to analyze whether the public schools in the city of Ubá-Minas Gerais have physical accessibility in their spaces and enable all students, without distinction, access, permanence and autonomy for their full development. Therefore, it was adopted one qualitative and descriptive method of research as procedure and the instrument used for data collection was a questionnaire applied to the directors of the schools surveyed. The sample consisted of 8 schools offering Elementary School I, of which 4 were from the state education system and 4 from the municipal school system. The data analysis compiled to originate the results and discussions were based on authors presented in the theoretical background. With the results found, it was concluded that there is no public school in Ubá - MG categorized as fully accessible, and there is a need for adaptations of some environments not yet accessible.

Keywords: Physical accessibility. Spaces. School. Adaptation.

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, foi feita a abordagem sobre a acessibilidade física nas escolas públicas do município de Ubá - MG. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a LDB todos os seres humanos têm direitos iguais de acesso a todos os bens produzidos pela humanidade e a escola como formadora de opinião deve assegurar esse direito a todos, independente da deficiência que tenham.

De acordo com o Art. 205º da Constituição Federal (Brasil, 1988), “a educação é direito de todos e dever do estado e da família” e a sociedade tem o dever de colaborar, promovendo e incentivando, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O Artigo 3º da LDB (1996) ratifica que o ensino deverá ser ministrado de acordo com o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

O Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) considera “pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”, de forma que ao entrar em contato com uma ou mais barreiras sua participação plena e efetiva é comprometida, assim, a igualdade de condições com as demais pessoas não acontece.

O Art. 3º desta mesma lei classifica a acessibilidade como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação”, incluindo também acesso igualitário às tecnologias e quaisquer outros serviços e instalações, sendo estes, públicos ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana quanto na rural, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Conforme o artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência a educação é um direito da pessoa com deficiência e deve ser assegurado pelo Sistema Educacional Inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, propiciando à pessoa com deficiência o alcance máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades, sejam elas, físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, que estejam de acordo com suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

De acordo com Brasil (apud KASSAR; REBELLO, 2011, p. 4) a educação deve incluir os alunos com necessidades especiais à sociedade, proporcionando condições para que estes possam desenvolver suas capacidades. Além disso, Duarte (2006) afirma que a escola possui um papel socializador e a própria arquitetura escolar exerce influencia sobre

este processo de socialização, pois, quando se unem as diferenças, a escola estará permitindo o contato com a diversidade e o conhecimento do outro.

Segundo o Art. 88 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) “A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. De acordo com o art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1971) os alunos que tiverem qualquer tipo de deficiências ou necessidades especiais clinicamente comprovadas, têm direito de receber tratamento especial. Dessa forma, a escolas regulares que recebem alunos com necessidades especiais devem fornecer, a estes, adaptações tanto físicas, quanto pedagógicas e também atendimento especializado.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar se as escolas possuem estrutura física acessível para atender alunos com necessidades físicas e especificamente, apresentar as normas legais de acessibilidade escolar, traçar um comparativo relacionando acessibilidade nas escolas municipais e estaduais de Ubá, verificar se as escolas possuem estrutura acessível para alunos com necessidades e apresentar possibilidades de adaptações do espaço escolar para atendimento ao aluno com necessidades especiais.

Acredita-se na hipótese de que a maior parte das escolas públicas ainda não oferece estrutura física acessível para alunos com necessidades especiais. Justifica-se a pesquisa para identificar a situação que se encontra a questão da acessibilidade nas escolas públicas de Ubá, considerando que a constituição Federal 1988 e LDB asseguram condições de acesso e permanência na escola para todos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Conforme Duarte e Cohen (2004) a acessibilidade não deve ser entendida como medidas que favorecem unicamente às pessoas com deficiência física, pois isso poderia até mesmo gerar a exclusão e a segregação dessas pessoas e ressaltar suas diferenças, mas sim um conjunto de medidas que possibilitem acolher todos os usuários.

Cooper et al. (2005 apud SILVA , 2015, p. 35) relata que a acessibilidade refere-se à possibilidade e facilidade de alcance e acesso aos diversos ambientes por parte de todas as pessoas, sem distinção. A acessibilidade é um direito assegurado a todas as pessoas para que elas tenham acesso a diversos lugares, ou seja, é a possibilidade de interagir com o ambiente em que se vive. Dessa forma, a acessibilidade recebe um sentido mais amplo e se não limita às barreiras arquitetônicas. Araújo et al. conceituam acessibilidade como

o ambiente livre de barreiras, em que os obstáculos físicos, naturais ou de comunicação estão presentes em equipamentos, mobiliários urbanos, edifícios, transportes públicos, dentre outros, são eliminados para garantir a circulação de todas as pessoas em todos os lugares (ARAÚJO et al; RIBEIRO. Apud SILVA; HENRIQUE; ROCHA, 2015, p. 35).

Segundo Silva (2015, s/p.) a acessibilidade é fundamental na vida das pessoas com deficiência física, pois proporciona a elas condição para o exercício da cidadania através do acesso aos mais diversos ambientes, à educação, à saúde, ao lazer, à tecnologia, à amizade e a relações amorosas.

Conforme Ribeiro (2004, p.109), a acessibilidade refere-se ao direito de o cidadão ter acesso aos lugares, às pessoas e às atividades humanas.

O acesso fácil ao espaço escolar é condição básica e primordial para a inclusão, sobretudo para os alunos com deficiência que, devido a etiologias variadas, apresentam comprometimento da mobilidade, da coordenação motora, do senso de orientação que dificultam ou impedem o acesso a determinados lugares e serviços, principalmente quando a Norma Brasileira Regulamentadora – NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1994), deixa de ser cumprida (RIBEIRO, 2004, p. 109).

Quanto à acessibilidade escolar Silva (2015, s/p) identifica quatro, dentre eles: acessibilidade atitudinal; acessibilidade pedagógico-curricular; acessibilidade comunicacional/ informacional e acessibilidade arquitetônica.

A acessibilidade atitudinal refere-se à posição individual e coletiva antidiscriminatória em relação às pessoas pertencentes a grupos sociais que são classificados em razão de suas diferenças. A acessibilidade pedagógico-curricular é a forma de garantir a participação e a aprendizagem através da metodologia e da postura do professor e do aluno aberta aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. A acessibilidade comunicacional/informacional se refere à liberdade de expressão e acesso aos conteúdos informacionais que circulam na sociedade.

A acessibilidade arquitetônica, que é o foco da pesquisa, configura-se no princípio constitucional que garante o direito de ir e vir Silva; Henrique; Rocha (2015 p. 39-40) diz que as edificações das escolas devem ser acessíveis. “A Norma Brasileira NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT (2004, p.39-40) indica que o trajeto entre o estacionamento de veículos e a entrada principal deve ser livre.” As portas devem ser largas a maçaneta do tipo alavancada. As salas de aula e biblioteca devem ser adequadas

para cadeirantes e o piso deve ser antiderrapante e faixas livres para manobras de cadeira, estantes de livros de no mínimo 0,90 m de fácil acesso para todas as pessoas. Sendo assim, para atender e possibilitar todos os tipos de acessibilidade, as escolas devem ser planejadas, construídas e reformadas com bases nas diretrizes de acessibilidade e as normas da ABNT.

De acordo com Pupo; Melo; Ferrés (org.) (2006) quando uma instituição se ocupa em um edifício já terminado, existem algumas limitações para transformar e identificar tal construção como acessível, isso dependerá do seu projeto original, dessa forma, este ambiente será classificado.

Ambiente Acessível: quando o ambiente se ajusta aos requerimentos funcionais e dimensionais, e possibilitam a utilização autônoma, com a comodidade e segurança de todos. Neste documento, será sinônimo de ‘ideal’, seguindo parâmetros do Design Universal e do conceito de usabilidade. Ambiente Praticável: sem ajustar-se a todos os requerimentos de acessibilidade propostos pela lei, ainda assim, permite uma utilização autônoma por qualquer pessoa. Ambiente Adaptável: mediante algumas modificações que não afetam as configurações essenciais, a edificação pode ser transformada em, ao menos, praticável. Ambiente Não-Acessível: não reúne os requisitos necessários para a acessibilidade (PUPO; MELO; FERRÉS (org.), 2006, p.22).

Conforme Palma; Manta (2010, p. 305), a acessibilidade e a eliminação de barreiras arquitetônicas são importantes para favorecer a inclusão dos alunos com deficiência física em todos os ambientes escolares. De acordo com Silva (2015, s/p.) na área da educação, as leis de acessibilidade destacam as “necessidades de eliminação de barreiras institucionais que impedem as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de frequentarem a escola e terem acesso igualitário aos serviços, ambientes, interação e atividades”. A autora ressalta que:

Com a publicação da política de inclusão e das leis de acessibilidade a definição da acessibilidade no sistema de ensino passa a considerar a autonomia e a segurança das pessoas com deficiência nos espaços e equipamentos diversos como sala de aulas, auditórios corredores, estacionamentos, calçadas; nos mobiliários: carteiras, mesas, lousas, bebedouros; e nos meios sistemas de comunicação e informação como telefones públicos, livros, computadores, TV, vídeo, rádio, internet. Assim como, na eliminação de barreiras de discriminação nas relações interpessoais (SILVA, 2015, S/P).

Conforme o documento, o Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (BRASIL, 2004, p.6) a “Constituição garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola”, dessa forma, toda escola, deve atender aos princípios

constitucionais, por tanto não podem excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela. Ainda segundo este documento:

O acesso à educação, em qualquer nível, é um direito humano inquestionável. Assim, todas as pessoas com deficiência têm o direito de frequentar a educação escolar em qualquer um de seus níveis. Mas é importante destacar que o Ensino Fundamental é a única etapa considerada obrigatória pela Constituição Federal e, por isso, não pode ser jamais substituído (BRASIL, 2004, p.13).

Santos (1998 apud RIBEIRO, 2004, p.114) afirma que “a exclusão multiforme, com relação ao espaço, constitui e reflete a redução do cidadão a usuário”. Dessa forma é imprescindível a criação de um ambiente que seja motivador e que potencialize a aceitação, a afetividade, acessibilidade e a autonomia do aluno, assim este aluno se sente acolhido e respeitado, fazendo com que se sinta autoconfiante, conseguindo enfrentar melhor os desafios que a escola regular apresenta.

Prieto (2006) coloca que tratar a todos como iguais não é a solução, não basta apenas assegurar o direito de matrícula na escola regular aos alunos com necessidades especiais, mas sim garantir o acesso pleno, a permanência desses alunos e maior investimento financeiro nessa área.

Assim, compreender inclusão escolar não somente como acesso à escola, mas como a conquista da educação como direito de todos pressupõe assegurar maior investimento financeiro nessa área, implementar uma plataforma brasileira para a educação amplamente discutida com a sociedade, e implantar uma política de contínua formação de professores, como exemplos de demandas para melhoria da sua qualidade (PRIETO, 2006, p. 84).

Dessa forma Silva (2015, s/p.) conclui que “a acessibilidade é compreendida como um movimento pessoal coletivo aliado à atitude favorável para convivência equilibrada entre diferenças humanas e liberdades fundamentais”, por tanto, abrange, os contextos pedagógicos, administrativos, materiais e humanos.

3. METODOLOGIA

O presente artigo é classificado como qualitativo. Para Minayo apud Gerhardt; Silveira (2009), o método qualitativo trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31-32).

O método utilizado neste artigo é indutivo, de acordo com Diniz; Silva (2008, p. 4) esse método prevê que pela indução experimental o pesquisador pode chegar a uma lei geral por meio da observação de certos casos particulares sobre o objeto (fenômeno/fato) observado.

Quanto à finalidade a pesquisa é aplicada. De acordo com Marconi; Lakatos (2010, p.144), “a pesquisa estuda um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade, objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

O artigo é de nível descritivo. Segundo GIL (2008), “as pesquisas de nível descritivo, têm por objetivo descrever as características de uma população, fenômeno ou de uma experiência”.

Segundo Triviños, (1987, p.35) a pesquisa descritiva exige de quem investiga várias informações sobre o que deverá ser pesquisado. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e os fenômenos de determinada realidade. Assim sendo Gil reforça afirmando que:

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que

indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade (GIL, 2008, p.28).

A pesquisa tem caráter explicativo, já que tem o objetivo de “identificar os fatores que determinam ou contribuem para que determinados fenômenos ocorram, sendo assim, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados obtidos” (GIL apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35).

Quanto à tipologia é empírica, pois segundo Demo (2000, p. 21) pesquisa empírica - é a pesquisa dedicada ao tratamento da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e factual”.

A valorização desse tipo de pesquisa é pela possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base factual. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática (DEMO, 1994, p. 37).

Quanto aos procedimentos a presente pesquisa classifica-se como pesquisa de campo. Segundo Spink (2003 p.18) a pesquisa de campo costuma ser usada para descrever um tipo de pesquisa feita em lugares da vida cotidiana e fora de laboratórios ou salas de entrevista. Tendo essa visão, as pesquisadoras foram ao campo para coletar os dados que depois foram analisados utilizando diversos métodos tanto para a coleta quanto para a análise.

O artigo é composto por uma população de 19 escolas da rede estadual de ensino e 14 escolas da rede municipal de ensino, perfazendo um total de 33 escolas públicas. A amostra será composta por 8 escolas, sendo 4 da rede estadual de ensino e 4 da rede municipal de ensino, tendo como fator de inclusão quatro escolas da rede municipal de ensino com maior número de alunos e as quatro escolas da rede estadual também com o maior número de alunos, e como fator de exclusão 24 escolas restantes com menor numero de aluno, sendo 15 da rede estadual de ensino e 9 da rede municipal de ensino.

O instrumento de coleta de dados foi constituído por um questionário cujo objetivo é levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas. Este instrumento foi constituído uma série de perguntas objetivas e discursivas e foram respondidas por escrito pela pessoa questionada, sem a presença do pesquisador. A linguagem utilizada foi simples e direta, para que ao responder, a pessoa pudesse compreender o que estava sendo questionado. Além do questionário foi feita observação em

loco das estruturas físicas das escolas onde foram coletados os dados. Segundo Gerhardt; Silveira a coleta de dados consiste em:

uma busca por informações para a elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar. O instrumental técnico elaborado pelo pesquisador para o registro e a medição dos dados deverá preencher os seguintes requisitos: validade, confiabilidade e precisão (GERHARDT; SILVEIRA, 2009 p. 68-69).

A princípio foi solicitada a autorização dos diretores das escolas através da assinatura do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1) . Para que o questionário (Anexo 2) fosse aplicado, os diretores das escolas foram preparados antecipadamente, mediante contato prévio.

Após a coleta de dados os mesmos foram organizados, compilados e transformados em gráficos, tabelas e quadro para análise, discussão e posterior divulgação.

Este artigo será submetido ao comitê de ética em pesquisa da Fundação Presidente Antônio Carlos, através da Plataforma Brasil, sendo respeitados os procedimentos bioéticos, propostos pela Comissão Nacional de Saúde (Resolução CNS nº 466/12/12/2012).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi objeto de investigação compreender sobre as questões que se referem à acessibilidade física em ambientes públicos em especial o ambiente escolar.

Este artigo foi consolidada a partir de uma coleta de dados feita com diretores das escolas municipais e estaduais que possuíam maior número de alunos e que ofertavam a etapa de Ensino Fundamental I, na cidade de Ubá- Minas Gerais.

A cidade de Ubá possui 14 escolas na rede municipal e 19 escolas da rede estadual, totalizando o universo de 32 escolas. Utilizou-se como amostra para a pesquisa 8 escolas da rede pública, sendo 4 estaduais, nomeadas na pesquisa como EE e quatro municipais, nomeadas como EM.

A acessibilidade física em ambientes públicos começou a ser repensada e vista como uma necessidade e obrigação para com os cidadãos, já que de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a LDB, todos os seres humanos têm direitos iguais de acesso a todos os bens produzidos pela humanidade e a escola deve assegurar esse direito a todos, independentemente da deficiência que apresentem.

Ao investigar os ambientes e as práticas exercidas pelas escolas em relação à acessibilidade física, levou-se em consideração os pontos de vista dos diretores questionados buscando não generalizar as respostas.

Buscou-se analisar a acessibilidade física dos espaços escolares, não no sentido de apontar falhas em relação ao espaço ou julgar o que pensam, dizem e fazem as escolas em suas práticas pedagógicas, mas no intuito de verificar como a acessibilidade física é compreendida e construída por elas.

Foram distribuídos oito questionários para os diretores das respectivas escolas pesquisadas, dentre estas, foram recebidas respostas de todos os participantes. Através destes, foi possível identificar que todos os diretores são qualificados e têm formação na área de licenciatura e vasta experiência na docência e na direção.

DIRETOR	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFESSOR	TEMPO DE ATUAÇÃO COMO DIRETOR
D1	PEDAGOGIA	12 ANOS	8 MESES
D2	LETRAS	19 ANOS	8 ANOS
D3	PEDAGOGIA	20 ANOS	3 ANOS E 6 MESES
D4	MATEMÁTICA	10 ANOS	3 ANOS E 9 MESES
D5	HISTÓRIA	12 ANOS	10 ANOS
D6	LETRAS	28 ANOS E 9 MESES	5 ANOS
D7	GEOGRAFIA	12 ANOS	10 MESES
D8	GEOGRAFIA	15 ANOS	8 ANOS

Quadro 1: Perfil dos Diretores
Fonte: Pesquisa 2016

Dentro do questionário foi constatada uma ambiguidade na formulação da pergunta número 2, a qual questionava se a escola já havia recebido algum aluno com deficiência física. Alguns diretores interpretaram como alunos recebidos durante aquele ano e outros entenderam que seria a longo prazo. Por este motivo, decidiu-se desconsiderar esta questão.

De acordo com Silva (2015) é dever das instituições educacionais garantir, tanto aos alunos, como aos funcionários com deficiência física o acesso a todos os ambientes da instituição, abrangendo sala de aula, laboratórios, biblioteca, salas de professores, refeitórios, cozinhas, cantinas, banheiros e outros.

Perguntou-se aos diretores de que forma eles caracterizam a acessibilidade nos espaços públicos. Sete diretores responderam que a consideravam como necessidade e um afirmou que, em sua opinião, seria uma obrigação os espaços públicos oferecerem acessibilidade para as pessoas com deficiência física.

Acessibilidade física em espaços públicos se caracteriza como:	Diretores
Desafio	0
Necessidade	7
Adaptação	0
Outras (Obrigação)	1
TOTAL	8

Quadro 2: Caracterização da acessibilidade física em espaços públicos segundo os diretores.

Fonte: pesquisa 2016

Através dos questionários respondidos pelos diretores das escolas pesquisadas foi possível constatar que duas das escolas municipais e três das escolas estaduais contam com rampas de acesso para pessoas com deficiência física, existindo ainda uma escola municipal que possui um elevador que no momento não se encontra em uso, pois não há alunos com deficiência física nesta escola. De acordo com Pupo; Melo; Ferrés (org.) (2006, p. 26): “Para permitir o acesso, os desníveis devem ser evitados na entrada principal. A presença de uma rampa acessível, seguindo a Norma ABNT NBR 9050:2004, ou de elevadores acoplados, é imprescindível no caso de entradas com desníveis”.

ESCOLA	RAMPAS DE ACESSO
EM	2
EE	3
ESCOLAS QUE NÃO POSSUEM	3
TOTAL	8

Tabela 1: Rampas de Acesso

Fonte: Pesquisa 2016

Conforme Pupo; Melo; Ferrés (org.) (2006, p.28) “Um dos direitos básicos que qualquer pessoa deve ter é acesso irrestrito e condições de privacidade ao que se refere à higiene pessoal”. Nesse sentido, foram encontrados banheiros acessíveis em duas das escolas municipais pesquisadas e em quatro nas escolas estaduais. Estes possuem barras de apoio, portas maiores, espelhos em altura adequada e têm capacidade de receber qualquer pessoa, possuindo deficiência física ou não.

As dimensões internas do banheiro permitirão a inscrição de um círculo de 1,50 m de diâmetro, livre de obstáculos e não interferindo com o movimento da porta, que, de preferência, abrir-se-á para fora. O pavimento será não deslizante, contrastando com as paredes e outros elementos arquitetônicos, e os interruptores de luz serão de pressão, de grande superfície, acessíveis ao alcance de todos e diferenciados cromaticamente da parede onde se encontram. Os demais detalhes e medidas serão encontrados nos decretos e leis recomendados (PUPO; MELO; FÉRRES 2006, p.28).

Também foi observado que apenas duas escolas municipais e duas escolas estaduais possuem instalação adequada dos espelhos que de acordo com Silva; Henrique; Rocha (2015) deve ser feita com a borda superior de 1,80m para os espelhos verticais e borda inferior com altura máxima de 1,10m e borda superior com no mínimo 1,80m para quando se trata de espelhos inclinados.

ESCOLA	BANHEIROS ACESSÍVEIS	INSTALAÇÃO ADEQUADA DOS ESPELHOS
EM	2	1
EE	4	2
ESCOLAS QUE NÃO POSSUEM	2	5
TOTAL	8	8

Tabela 2: Banheiros Acessíveis e Instalação Adequada dos Espelhos
Fonte: Pesquisa 2016

De acordo com Pupo; Melo; Ferrés (org.) (2006, p.25) “As dimensões internas e a disposição do mobiliário devem permitir a mobilidade de todas as pessoas, de acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores), e de cadeiras de rodas”. Foi possível encontrar este tipo de mobiliário em duas escolas municipais (25% do total) e em uma (12%) das estaduais apenas.

MOBILIÁRIO ADEQUADO

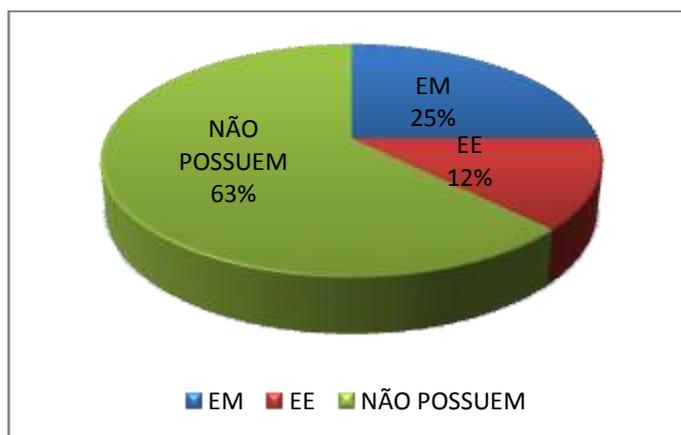


Gráfico 1: Mobiliário Adequado

Fonte: Pesquisa 2016

Quanto às portas, de acordo com a NBR 9.050 da ABNT (2004, p.50) apud Silva; Henrique; Rocha (2015) para serem acessíveis, devem possuir o vão livre de no mínimo 0,80m e conter a maçaneta do tipo alavanca instalada a uma altura entre 0,90m e 1,10m. Portas com estas especificações foram encontradas em quatro (57 %) das escolas estaduais e em duas (29%) das escolas municipais.

PORTAS COM TAMANHO ADEQUADO

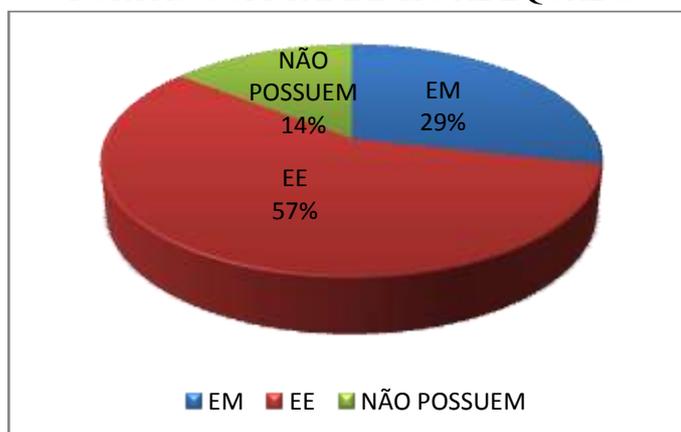


Gráfico 2: Portas com tamanho adequado

Fonte: Pesquisa 2016

Segundo Pupo; Melo; Ferrés (org.) (2006) uma biblioteca acessível é a que possibilita o livre acesso e preparo para acolher a todos que dela necessitarem para as suas atividades, devendo ter instalações que atendam às diferentes necessidades. Silva, Henrique, Rocha (2015) explica que na biblioteca, a distância entre as prateleiras dos livros são essenciais

para disponibilizar pleno acesso e para que a cadeira de rodas seja manobrada. Dessa forma, foi possível encontrar bibliotecas acessíveis em apenas duas das escolas municipais e em uma das escolas estaduais.

ESCOLA	BIBLIOTECA ACESSIVEL
E1 M	2
E2 E	1
ESCOLAS QUE NÃO POSSUEM	5
TOTAL	8

Tabela 3: Biblioteca Acessível
Fonte: pesquisa 2016

De acordo com Silva; Henrique, Rocha (2015) o piso adequado deve ter faixas livres para manobrar a cadeira de rodas com uma melhor precisão, por isso deve possuir espaços livres para a cadeira ter um raio de giro adequado. Ainda, Pupo; Melo; Ferrés (org.) (2006, p. 25) citam que “Os pisos devem ter superfície regular, firmes, estáveis e antiderrapantes sob qualquer condição, que não provoquem trepidação em dispositivos com rodas”. Com base em tais informações, foi constatado que apenas uma (12%) das escolas municipais e duas (13%) das escolas estaduais de Ubá possuem piso adequado e com faixas livres para manobrar cadeira de rodas.

PISO ADEQUADO PARA MANOBRAR CADEIRA DE RODAS

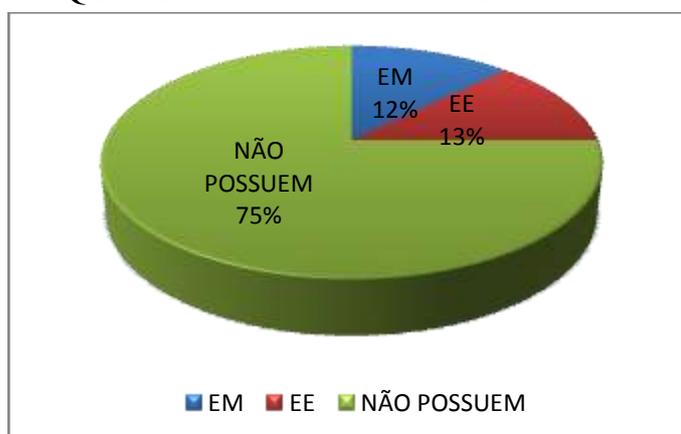


Gráfico 3: Piso adequado para manobrar cadeira de rodas
Fonte: Pesquisa 2016

Os corrimãos tanto em rampas quanto nas escadas são de extrema importância para facilitar a passagem tanto da pessoa com deficiência física, quanto da pessoa com baixa mobilidade. Conforme Silva; Henrique, Rocha (2015, p.41) “Os corrimãos devem ter 0,92m de altura e ser, preferencialmente, circular”. Dessa forma, foi possível identificar que quatro (50%) das escolas públicas de Ubá não possuem corrimãos adequados, e que três (33%) das escolas estaduais e uma das escolas municipais (17%) possuem corrimãos adequados.



Gráfico 4: Corrimãos adequados
Fonte: Pesquisa 2016

Silva; Henrique; Rocha (2015, p. 35) aborda a acessibilidade como um ambiente livre de barreiras, onde os obstáculos físicos, naturais ou de comunicação estão presentes em todos os ambientes, mobiliários urbanos, edificações e transportes públicos, são eliminados para poder garantir uma melhor circulação de todos. Corredores livres de barreiras e obstáculos e com largura adequada foram encontrados em três das escolas municipais e em três das escolas estaduais de Ubá. Pupo; Melo; Ferrés (org.) (2006, p. 25) afirmam que:

Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, deve-se sinalizar essas rotas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários. Faixas guias táteis devem projetar uma rota desde a entrada até diferentes pontos de interesse [...]

ESCOLA	CORREDORES LIVRES DE BARREIRAS E OBSTÁCULOS, E COM LARGURA ADEQUADA
E1 M	3
E2 E	3
ESCOLAS QUE NÃO POSSUEM	2
TOTAL	8

Tabela 4: Corredores livres de barreiras e obstáculos, e com largura adequada
Fonte: Pesquisa 2016

Foi realizado algum tipo de reforma voltada para a acessibilidade nos últimos anos em uma das escolas municipais e quatro das escolas estaduais. Estas reformas podem ser consideradas como adaptações. De acordo com a ONU (2006) apud SILVA (2015, s/p.) as adaptações são:

As modificações e os ajustes que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Ao serem questionados se quando a escola recebe alunos com deficiência física é feita alguma adaptação e quais são elas, os diretores responderam seguinte maneira:

D1: “Sim, pois o sistema já exige adaptações como corredores. A escola já é adaptada”.

D2: “Procuram adaptar o processo pedagógico de acordo com a peculiaridade apresentada, o currículo e tempo escolar, a terminalidade específica e os materiais pedagógicos necessários para cada caso. Procuramos também capacitar os professores envolvidos no processo pedagógico necessário para cada caso. Procuramos também capacitar os professores envolvidos no processo pedagógico”.

D3: “Até esta data não tivemos tal necessidade”.

D4: “Não, há alunos matriculados com deficiência física, porém se necessário seriam feitas adaptações necessárias”.

D5: “Os que recebemos até a presente data, não necessitaram de adaptações”.

D6: “Nunca recebemos”.

D7: “Citadas anteriormente”.

D8: “A escola já é adaptada o único problema encontrado é o acesso a biblioteca, pois demanda muita burocracia e não tem como adaptá-lo”.

ESCOLA	FOI REALIZADA ALGUMA REFORMA PARA FACILITAR O ACESSO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA
EM	1
EE	4
ESCOLAS QUE NÃO RECEBERAM REFORMA	3
TOTAL	8

Tabela 5: Reforma para facilitar o acesso dos alunos com deficiência física.

Fonte: Pesquisa 2016

Segundo Pupo; Melo; Ferrés (org.) (2006) um ambiente que gera a exclusão é o mesmo que gera deficiência. Um ambiente verdadeiramente preparado para incluir todas as pessoas, independente de suas diferenças, permite o acesso e integração plena e não exclui ninguém por qualquer circunstância.

Quando a escola oferece estrutura para que os alunos com deficiência física tenham acesso a todos seus espaços, ela está possibilitando a autonomia a estes alunos, facilitando o processo de inclusão dessas pessoas ao espaço onde se encontram. Nesse sentido, foram encontradas duas escolas municipais e quatro escolas estaduais que oferecem esse tipo de autonomia a seus alunos com deficiência física.

ESCOLA	POSSIBILITA A AUTONOMIA PARA QUE OS ALUNOS COM DEFICIENCIA FISICA TENHAM LIVRE ACESSO A TODOS EPAÇOS DA ESCOLA
EM	2
EE	4
ESCOLAS QUE NÃO POSSUEM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	1
ESCOLAS QUE NÃO POSSIBILITAM ACESSO A TODOS SEUS ESPAÇOS	1
TOTAL	8

Tabela 6: Possibilidade de Autonomia aos alunos com deficiência física para que tenham livre acesso a todos seus espaços.

Fonte: Pesquisa 2016

Para que o aluno com deficiência possa alcançar seu nível ideal de desempenho ocupacional é importante que as escolas desenvolvam outro tipo de acessibilidade, agora não somente a arquitetônica, mas, atrelada a esta, a acessibilidade pedagógico-curricular que de acordo com Silva (2015, s/p) “é a maneira de garantir aprendizagem através da metodologia e da postura docente e discente aberta à diversidade humana e aos diferentes ritmos e estilos de aprender”. A escola, portanto, deve investir em pedagogias inovadoras que consigam atender a estas diversidades e diferenças, tornando-se assim, uma escola inclusiva. “A dimensão didático-curricular da educação inclusiva caracteriza-se por oferecer ao estudante com deficiência a oportunidade de participação nas atividades acadêmicas e de aprendizagem como os demais estudantes.” (SILVA, 2015, s/p)

Assim, quando perguntados sobre qual o procedimento que a escola toma para que a pessoa com deficiência física possa alcançar o seu nível ideal de desempenho ocupacional, os diretores responderam da seguinte forma:

D: “Procuramos adaptá-lo a uma sala mais acessível”.

D2: “Num primeiro momento, procuramos acolher a todos, independentemente das condições ou não de recebê-los. Percebemos que nosso comprometimento com os seres humanos nos leva a adequar os espaços e readaptar o PPP e Regimentos para uma inclusão verdadeira e eficaz. Num segundo momento, intervimos pedagogicamente falando, de acordo com as especificidades de cada um”.

D3: “Não há alunos com deficiência físicos matriculados”.

D4: “Não adota procedimentos, pois não há alunos com deficiências físicas”.

D5: “Acolhemos com muito carinho, como recebemos todos os alunos, trabalhamos sempre com todos os alunos a política da inclusão, e esse fator propicia para que os alunos com deficiência se entrossem bem com os demais colegas, professores e demais funcionários”.

D6: “A escola não possui aluno com deficiência física”.

D7: “A SEE autoriza o professor de apoio para os alunos com necessidades especiais”.

D8: “Tratá-lo com muito respeito e zelo para que não seja tratado de uma forma muito diferenciada para não excluí-lo”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados obtidos ao coletar e analisar os dados do presente artigo considerou-se que o mais importante seja informar que em todas as escolas pesquisadas, não existe nenhuma categorizada como totalmente acessível.

Ao fazer a análise dos dados coletados pelas pesquisadoras, utilizando-se como instrumento metodológico questionários, percebeu-se a necessidade de adaptação de alguns ambientes escolares que ainda não são acessíveis.

Os ambientes onde não possuem acessibilidade física impossibilitam de certa forma, que os alunos possam ter acesso pleno a todos os espaços do ambiente escolar e desenvolver sua autonomia. Sendo assim, sua participação plena e efetiva é comprometida e a igualdade de condições com as demais pessoas não acontece.

Muitas escolas que possuem pouca acessibilidade física são escolas mais antigas. Isso, pois há algum tempo as pessoas com deficiência não eram incluídas na escola regular. No decorrer do século XXI, com relevantes transformações nas ações direcionadas a essas pessoas, principalmente em relação à educação escolar, que é apresentada por lei como direito de todos. A educação inclusiva e a acessibilidade física não são favores a essas pessoas, mas sim um direito. É de suma importância que todos os alunos possam vivenciar relações de convivência social e respeito, colaborando para o desenvolvimento de sua identidade e possibilitando e exercício de cidadania.

A falta da acessibilidade física, nos leva a reflexão de como as pessoas com deficiência física ainda enfrentam tantos desafios em relação às condições de igualdade, autonomia e oportunidade, mesmo sendo asseguradas de seus direitos por lei.

Foram identificadas tentativas de mudanças e adaptações na maioria das escolas quando recebem um aluno com deficiência física, porém o correto seria o espaço já estar preparado para que possa receber qualquer pessoa seja ela com deficiência física ou não. Sendo assim, as adaptações necessárias no espaço físico são de suma importância para o desenvolvimento e autonomia dos indivíduos com deficiência física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição brasileira 1988**. Forense Universitária, 1988.

BRASIL. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**: estatuto da pessoa com deficiência, 2015 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 16 jun. 2016.

BRASIL. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1996.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Equipe da Secretaria de Educação Especial, 2008.

DA SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, UFSC, v. 5, n. 6, 2001.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental. **Anais**. NUTAU, v. 12, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. **O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial**. Programa de Pós-graduação em Educação – UFMS, 2011.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; PRIETO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Valeria Amorim. **Inclusão Escolar**. 5.ed. São Paulo: Summus, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

PALMA, Luciana Erica; MANTA, Sofia Wolker. **Alunos com deficiência física**: a compreensão dos professores de Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de

prática para as aulas. Educação (UFSM), v. 1, n. 2, 2010. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2080/1254>>. Acesso em 29 out. 2016.

PUPO, Denise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP : UNICAMP/Biblioteca. Central Cesar Lattes, 2006.

SANTOS, Carlos José Giudice dos. **Tipos de pesquisa**. Disponível em:
<http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/METODOL/_OF.TIPOS_PESQUISA.PDF>. Acesso em 16 jun. 2016.

SILVA, Jaqueline Susann Souza da. **Acessibilidade educacional:** um conceito multifacetado. 1.ed. Paraíba: Versão digital, 2015. Disponível em
<<https://ler.amazon.com.br/?asin=B010RI8GU0>>. Acesso em 16 jun. 2016.

SILVA, Tânia Fernandes; HENRIQUE, Adalberto Romualdo Pereira; ROCHA, Vivian Lamóia. **Acessibilidade:** edificações, mobiliários e espaços para uma real inclusão escolar. 1.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

RIBEIRO, Solange Lucas. Espaço Escolar: um elemento (in) visível no currículo. **Sitientibus, Feira de Santana**, v. 31, p. 103-18, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em
<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.